

de Empresas o próximo dia 07.05.2012 pelas 15:30 horas [artigo 36.º, al. n)]. A assembleia deverá pronunciar-se sobre a requerida exoneração do passivo restante [artigos 235.º e seguintes do CIRE], podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito.

Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias [artigo 42.º do CIRE], e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias [artigo 40.º e 42.º do CIRE].

Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil [n.º 2 do artigo 25.º do CIRE].

Ficam ainda advertidos que os prazos só começam a correr finda a dilação dos éditos, 5 dias, e que esta se conta da publicação do anúncio.

Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais [n.º 1 do artigo 9.º do CIRE].

Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

28-03-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Rute Lopes*. — O Oficial de Justiça, *Luís Ribeiro Bento*.

305929114

1.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 7502/2012

Processo: 862/03.0TYLSB-I Prestação de Contas (Liquidatário)

N/Referência: 2047772

A Dr.ª Carla Rodrigues, Juiz de Direito deste Tribunal, faz saber que são os credores e a falida, Hiperclaro — Serviços de Limpeza, L.ª, NIF: 502471859, Endereço: Estrada Outeiro de Polima, Lote 3, Armazém A-B, Abóboda, 2785-000 S. Domingos de Rana, notificados para no prazo de 5 dias, decorridos que sejam dez dias de éditos, que começarão a contar-se da publicação do anúncio, se pronunciarem sobre as contas apresentadas pelo Liquidatário (art.º 223.º, n.º 1 do C.P.E.R.E.F.).

03-01-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Carla Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Vanda Terras Gonçalves*.

305546584

Anúncio n.º 7503/2012

Processo: 27/06.9TYLSB Insolvência pessoa coletiva (Requerida)

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 1.º Juízo de Lisboa, no dia 26-03-2012, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Regislitom — Sociedade Comercial de Importação e Exportação, S. A., NIF — 500619700, Endereço: Rua Julião Quintinha, N.º 3- A, 1549-018 Lisboa, com sede na morada indicada. São administradores do devedor: António da Costa Barros, Endereço: Rua Wenceslau de Moraes, N.º 4, 2790-448 Queijas. José de Lima Teles, Endereço: Rua Wenceslau de Moraes, 2, 2790-448 Queijas. José Alexandre Nobre da Costa, Endereço: R. Telhal, 8 — 1.º Esq.º, 1150-346 Lisboa, a quem é fixado domicílio nas moradas indicadas. Para Administrador da Insolvência é nomeado: Paulo Fernando Duarte A. Machado Moura, Endereço: Rua Prof. Barbosa Soeiro, n.º 5 C, 1600-598 Lisboa. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE).

Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. Mesmo o credor que tenha o seu crédito por reconhecido por decisão definitiva, não está dispensado de o reclamar no processo de insolvência (n.º 3 do Artigo 128.º do CIRE). Do requerimento de

reclamação de créditos deve constar (n.º 1, artigo 128.º do CIRE): A proveniência do(s) crédito(s), data de vencimento, montante de capital e de juros; As condições a que estejam subordinados, tanto suspensivas como resolutivas; A sua natureza comum, subordinada, privilegiada ou garantida, e, neste último caso, os bens ou direitos objeto da garantia e respetivos dados de identificação registral, se aplicável; A existência de eventuais garantias pessoais, com identificação dos garantes; A taxa de juros moratórios aplicável. É designado o dia 29-05-2012, pelas 10:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. É facultada a participação de até três elementos da Comissão de Trabalhadores ou, na falta desta, de até três representantes dos trabalhadores por estes designados (n.º 6 do Artigo 72.º do CIRE). Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42.º do CIRE). Com a petição de embargos, devem ser oferecidos todos os meios de prova de que o embargante disponha, ficando obrigado a apresentar as testemunhas arroladas, cujo número não pode exceder os limites previstos no artigo 789.º do Código de Processo Civil (n.º 2 do artigo 25.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. Informação — Plano de Insolvência. Pode ser aprovado Plano de Insolvência, com vista ao pagamento dos créditos sobre a insolvência, a liquidação da massa e a sua repartição pelos titulares daqueles créditos e pelo devedor (artigo 192.º do CIRE). Podem apresentar proposta de Plano de Insolvência o administrador da insolvência, o devedor, qualquer pessoa responsável pelas dívidas da insolvência ou qualquer credor ou grupo de credores que representem um quinto do total dos créditos não subordinados reconhecidos na sentença de graduação de créditos ou, na falta desta, na estimativa do Sr. Juiz (artigo 193.º do CIRE).

27-03-2012. — A Juíza de Direito, *Carla Rodrigues*. — O Oficial de Justiça, *Vanda Terras Gonçalves*.

305920488

2.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA

Anúncio n.º 7504/2012

Insolvência pessoa coletiva Processo: 817/11.0TYLSB

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 26-01-2012, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Sítio das Línguas, L.ª, Nif — 507111087, Rua Álvaro Ferreira Alves, N.º 50-H, Santa Maria do Pinhal, 2855-291 Corroios.

É administrador do devedor: Pedro Manuel dos Santos Godoy Pineiro, Rua Quinta da Formiga, n.º 35, Almoinha, 2970-153 Sesimbra. Para Administrador da Insolvência foi nomeado o Dr. João Manuel Correia Chambino, Rua Sargento Armando Monteiro Ferreira, n.º 12-3.º Dt.º, Lisboa, 1800-329 Lisboa. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com carácter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. É designado o dia 16-04-2012, pelas 15:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42.º do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a

correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. É obrigatória a constituição de mandatário Judicial.

6-02-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Maria Tristão Silva*.

305708032

Anúncio n.º 7505/2012**Processo: 205/12.1TYLSB
Insolvência pessoa coletiva (Apresentação)**

Insolvente: Unisilo, Reciclagem de Resíduos, L.ª

Publicidade de despacho a credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, foi proferido despacho referente ao(s) devedor(es): Unisilo, Reciclagem de Resíduos, L.ª, NIF — 502499362, Endereço: Av.ª dos Bombeiros Voluntários, 52 — Loja B/c 4, 1495-022 Algés, com sede na morada indicada. São administradores do devedor: Lino Moço de Oliveira Santos, Endereço: Av. Quinta Grande 65, Alfragide, 0000-000 Amadora, a quem é fixado domicílio na(s) morada(s) indicada(s). Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio. Angelo António de Almeida Pereira Dias, Endereço: Av.ª de Berna, 35 — 1.º Dtº, 1050-038 Lisboa. Na sentença que declarou a insolvência foi entregue a administração da massa insolvente ao devedor, nos termos do disposto no artigo 224.º do CIRE. — A fls. 115 vem o devedor informar que não vai apresentar o plano de insolvência que se comprometeu a apresentar em 30 dias pelo que requer seja declarada cessada a sua administração. Nos termos do disposto no artigo 228.º, n.º 1 alínea a) o juiz põe termo à administração da massa insolvente pelo devedor a requerimento destes. Assim, uma vez que o devedor requereu a cessação da administração, há que retirar-lhe a administração da mesma.

Face ao exposto retiro ao devedor a administração da massa insolvente. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte.

08-03-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Eduardo Esteves*.

305846308

Anúncio n.º 7506/2012**Processo n.º 1646/10.4TYLSB — Insolvência pessoa coletiva**

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 14-03-2012, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Fernando Albuquerque — Construção Civil e Obras Públicas, L.ª, NIF 504276301, Endereço: Rua Vasco Sameiro, n.º 14 — 2.º Esqº, Corroios, 2855-000 Corroios, com sede na morada indicada. É administrador do devedor: Lorenzo Soli, NIF 263187861, Estrada da Luz, n.º 199 — 6.º Dtº, 1000-000 Lisboa, a quem é fixado domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência foi nomeado o Dr. Henrique de Sá Pereira, Rua do Outeiro, Lote 10, 2.º B- Alto da Castelhana, Alcabideche, 2755-287 Alcabideche. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com caráter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham. É designado o dia 07-05-2012, pelas 14:30 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso,

no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. É obrigatória a constituição de mandatário judicial.

19-03-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Isabel Maria Tristão Silva*.

305890656

Anúncio n.º 7507/2012**Processo n.º 1862/11.1TYLSB — Insolvência pessoa coletiva (Requerida)**

Publicidade de sentença e citação de credores e outros interessados nos autos de Insolvência acima identificados

No Tribunal do Comércio de Lisboa, 2.º Juízo de Lisboa, no dia 15-03-2012, ao meio dia, foi proferida sentença de declaração de insolvência do devedor: Azulcores — Pinturas Na Construção Civil, L.ª, NIF 508662575, Endereço: Praceta João Soares, n.º 1 — A, Pinhal Novo, 2910-733 Setúbal com sede na morada indicada. É administrador do devedor: Rosália Maria de Matos Caneira da Cruz, NIF 181187442, Endereço: Av.ª Alexandre Herculano, n.º 38, 4.º Esq.º, 2900-205 Setúbal a quem é fixado domicílio na morada indicada. Para Administrador da Insolvência é nomeada a pessoa adiante identificada, indicando-se o respetivo domicílio. António Machado Magalhães, Endereço: Largo Costa Pinto, n.º 10 — 2.º Esq.º, 2805-265 Almada. Ficam advertidos os devedores do insolvente de que as prestações a que estejam obrigados, deverão ser feitas ao administrador da insolvência e não ao próprio insolvente. Ficam advertidos os credores do insolvente de que devem comunicar de imediato ao administrador da insolvência a existência de quaisquer garantias reais de que beneficiem. Declara-se aberto o incidente de qualificação da insolvência com caráter pleno (alínea i do artigo 36.º-CIRE). Para citação dos credores e demais interessados correm éditos de 5 dias. Ficam citados todos os credores e demais interessados de tudo o que antecede e ainda: O prazo para a reclamação de créditos foi fixado em 30 dias. O requerimento de reclamação de créditos deve ser apresentado ou remetido por via postal registada ao administrador da insolvência nomeado, para o domicílio constante do presente edital (n.º 2 artigo 128.º do CIRE), acompanhado dos documentos probatórios de que disponham, elaborado nos termos do artigo 128.º do CIRE. É designado o dia 17-05-2012, pelas 14:00 horas, para a realização da reunião de assembleia de credores de apreciação do relatório, podendo fazer-se representar por mandatário com poderes especiais para o efeito. Da presente sentença pode ser interposto recurso, no prazo de 15 dias (artigo 42.º do CIRE), e ou deduzidos embargos, no prazo de 5 dias (artigo 40.º e 42 do CIRE). Ficam ainda advertidos que os prazos para recurso, embargos e reclamação de créditos só começam a correr finda a dilação e que esta se conta da publicação do anúncio. Os prazos são contínuos, não se suspendendo durante as férias judiciais (n.º 1 do artigo 9.º do CIRE). Terminando o prazo em dia que os tribunais estiverem encerrados, transfere-se o seu termo para o primeiro dia útil seguinte. É obrigatória a constituição de mandatário.

20-03-2012. — A Juíza de Direito, *Dr.ª Maria José Costeira*. — O Oficial de Justiça, *Paulo Gomes*.

305893986

3.º JUÍZO DO TRIBUNAL DE COMÉRCIO DE LISBOA**Anúncio n.º 7508/2012****Processo n.º 1068/06.1TYLSB — Insolvência pessoa coletiva (Requerida)**

Credor: João Boto e outro(s).
Insolvente: Lavaipizza Com. Prod. Alimentar
Encerramento de Processo nos autos de Insolvência acima identificados em que são:
Lavaipizza Com. Prod. Alimentar, NIF 504449877, Endereço: Rua Samuel Dinis, 3- 2.º Dtº, Lisboa
Carlos Alberto Vecino Vieira, Endereço: Av. Visconde de Valmor, n.º 23 — 3.º Esq.º, 1000-290 Lisboa
Ficam notificados todos os interessados, de que o processo supra-identificado, foi encerrado.